

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO**

**ACTA Nº 59**

Aos doze dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, em Sessão Extraordinária para apresentação do Plano Director Municipal, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais João Ferreira dos Santos e José Carlos da Silva Neves, respectivamente Primeiro Secretário eleito e Segundo Secretário, em substituição legal do respectivo titular e com a presença dos Vogais Manuel Rodrigues Simões, Antero Marques dos Santos, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, José Mendes Macedo Loureiro, Armando Manuel Dinis Vieira, Rogério da Silva Leitão, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Jorge Manuel do Nascimento, Artur José Lopes Lobo, Fernando Santos Silva, Victor Manuel Cepeda Mangerão, José Jorge da Costa Pôncio, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, António Ferreira da Silva, António Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha, Ester da Conceição Rocha Martins e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21,00 Horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Arede de Jesus, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Victor Manuel da Silva Martins, Libério da Silva Santos, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, Ernesto Barros, José Fernandes Pereira, Arlindo de Macedo Bastos, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares e Celso de Sousa Figueiredo Gomes.

Imediatamente a seguir passou-se a apreciar o ponto único da agenda de trabalhos:

### PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Usando da palavra o Presidente da Câmara, começou por referir que o objectivo desta reunião é fazer a apresentação formal à Assembleia Municipal do trabalho levado a cabo pela equipa do P.D.M. e da proposta final do Plano Director Municipal. Chegou-se ao fim de um processo que foi efectivamente longo, que teve dificuldades, trata-se de um trabalho que foi feito não por um Gabinete exterior à Câmara, mas sim, feito dentro da própria Câmara, embora com o apoio de pessoas que vieram trabalhar ocasionalmente para este efeito e com o apoio do Professor Fernando Sà, que é o Chefe da equipa que elaborou o dito Plano. Disse ainda que no Relatório é feita uma abordagem daquilo que se pretendeu atingir, dos benefícios ou dos objectivos que se pretenderam atingir com a elaboração do P.D.M.. Este trabalho foi acompanhado pela Comissão Técnica de Acompanhamento (C.T.A.), a esta Comissão Técnica, compete verificar da legalidade do processo e fazer a coordenação com outros instrumentos de Planeamento e com outros organismos. A Comissão Técnica de Acompanhamento foi composta pela C.C.R.C., pela D.G.O.T. e pela J.A.E., posteriormente a Câmara pediu para que a J.A.P.A. pertencesse também à C.T.A., dada a grande ligação da autarquia ao domínio público marítimo, já que, uma grande parte do território concelhio está na jurisdição da J.A.P.A.; mais tarde na nova legislação apareceu também a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais.

A finalizar dirigiu uma palavra de apreço a toda a equipa liderada pelo Professor Fernando de Sà que desenvolveu este trabalho ao longo dos anos e aos jovens que o acompanharam, quer funcionários da Câmara, quer não funcionários da Câmara, que embora em prestação de serviços acompanharam e fizeram este trabalho.

Seguidamente no uso da palavra a Eng<sup>a</sup> Ana Veneza, Coordenadora dos Planos da Comissão Centro, começou por dizer que o Plano em apreço está em elaboração desde Abril de 88. Decorreu todo o processo de elaboração e acompanhamento e das entidades que acompanharam o dito Plano, só a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais entrou no processo já no final, por implicações de ordem local. Acrescentou que o Plano foi elaborado ao abrigo do Decreto-Lei 208/82 e que foram ouvidas dezoito entidades com competência na gestão do território do Município de Aveiro. Disse também que dessas dezoito entidades, quatro não responderam, o que, em termos da legislação em vigor é considerado como deferimento tácito; quatro não levantaram objecções e dez levantaram alguns condicionamentos que foram tratados em reuniões com essas entidades e o parecer final, expressa o consenso encontrado. Finalmente como resultado desse processo a Comissão Técnica de Acompanhamento deu um parecer favorável, considerando que as correcções a fazer ao Plano não punham em causa a sua estrutura e que portanto o mesmo correspondia em termos técnicos e legais ao que é exigido para um Plano de competência Municipal no âmbito Concelhio.

Referiu ainda que houve alterações legislativas no decurso do processo, sendo um dos factores que de alguma forma vieram atrasar a sua conclusão. A finalizar, congratulou-se pelo facto das decisões do Conselho Nacional da R.E.N., em relação ao Município de Aveiro terem tido poucas implicações ou seja houve apenas três ou quatro manchas que foram questionadas, nomeadamente em relação a S. Jacinto há duas manchas que só serão desafectadas da R.E.N., mediante a elaboração de Planos de Pormenor e portanto, na opinião desta Técnica, isto é, de facto demonstrativo de algum bom senso quer da parte da Câmara, quer da parte da Comissão Técnica, que discutiram profundamente a viabilidade das propostas que estavam na mesa.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Fernando Tavares Marques e Custódio Ramos.

Seguidamente no uso da palavra o Sr. Arqt<sup>o</sup> Fernando Sà, começou por referir que o documento em causa é um instrumento normativo que

é apreciado pela Assembleia e posteriormente ratificado pela Administração Central e no qual estiveram envolvidas várias entidades em toda essa apreciação. Trata-se de um marco importante no processo de planeamento Municipal, desse processo de planeamento, fazem parte além do P.D.M., uma série de Planos, quer sejam de Pormenor, de Urbanização, de Gestão Urbanística, Programas, Projectos, Decisões Municipais, Negociações, Concretização de acções etc., salientando que embora o Plano em apreço seja um marco importante em todo este processo de Planeamento, é um dos elementos desse processo e em sua opinião, realmente esse processo de Planeamento é aquilo que convém defender e é aquilo que é fundamental a prazo, não sòmente o P.D.M..

Prosseguindo, disse que o documento a que os membros da Assembleia tiveram acesso, é um documento síntese, contém apenas os elementos legalmente exigidos; e de acordo com a Comissão Técnica de Acompanhamento está completo. Referiu ainda que, para se chegar a esta síntese foram necessários muitos estudos, muitas análises, em suma muito trabalho.

O Plano que agora se apresenta é um Plano Territorial, portanto de índole física, que visa contribuir para o ordenamento, dentro das regras do jogo estabelecidas pela Administração.

O elevado número de entidades que se pronunciaram sobre o Plano, é significativo dos condicionamentos externos a que o mesmo teve que obedecer; condicionamentos de ordem superior que incidiram sobre as propostas do Plano a desenvolver. Assim, dentro desta complexidade de problemas refriu dois aspectos que em sua opinião são dos mais difíceis de negociar e que são a R.A.N. e a R.E.N., (Reserva Agrícola Nacional) e (Reserva Ecológica Nacional) tendo o processo de discussão da primeira demorado à volta de cinco anos e a R.E.N. foi entregue há dois anos, sendo progressivamente afinada, isto é, houve como que uma espécie de jogo de ping pong entre a Câmara e as entidades de Tutela. Relativamente à R.A.N. o processo foi o mesmo.

Esclareceu também, que quer a R.A.N. quer a R.E.N. são impostas pela Administração Central, não obstante serem objecto de negociação entre a Administração Central e a Local.

Referiu que as dificuldades que se depararam resultaram não propriamente de uma situação de má vontade de parte a parte, mas de

problemas de conceitos, isto porque, enquanto que a equipa encarregada de elaborar o Plano entendia a Reserva Agrícola Nacional mais como que uma valorização de recursos agrícolas, para a Administração Central era entendida como uma Reserva Administrativa, o que, como se pode imaginar dá imediatamente origem a formulações completamente diversificadas e por conseguinte todo o processo negocial foi duro e moroso. Todavia acabou por se chegar a uma conclusão que naturalmente não será a melhor, porém considerou-se que foi a possível.

Disse também que na elaboração deste Plano, partiu-se de pressupostos que foram definidos logo no início do processo juntamente com a Câmara Municipal de acordo com o programa preliminar, definindo-se quatro ou cinco objectivos fundamentais que vieram a enformar todo o processo de desenvolvimento dos estudos de Planeamento que se seguiram e foi com base nesse quadro inicial que foram sendo desenvolvidas algumas das grandes opções do Plano que agora se apresenta e se submete ao parecer da Assembleia Municipal.

Seguidamente e com a ajuda de cartas topográficas respeitantes ao trabalho desenvolvido e expostas num quadro, passou a dar demoradas explicações genéricas, apontando ao mesmo tempo as linhas gerais pelas quais se norteou o Plano agora apresentado, colocando-se também à disposição dos membros da Assembleia para eventuais pedidos de esclarecimento.

Usando da palavra o Vogal Vitor Mangerão, quis saber qual a metodologia que a Assembleia vai seguir em relação a esta matéria, isto porque e segundo o Vogal, foi dada uma explicação genérica sobre a globalidade do Plano proposto e das duas uma, ou há intervenções também muito genéricas e fica-se por aqui e não se aprofundam os assuntos como deve ser, ou fica-se pela explanação e vamos todos para casa, seguindo-se reuniões de trabalho mais esclarecedoras e posteriormente no "timing" devido, uma realização de Assembleia com poder deliberativo sobre este assunto? Disse colocar esta questão porque mesmo a partir da pequena explanação do Sr. Arqtº tinha um mundo de questões que queria levantar. Prosseguindo, chamou atenção para um aspecto que considerou importante e que está relacionado com o facto de ser possuidor de um dos poucos exemplares do P.D.M. , significando isto, que os seus colegas de bancada bem como os elementos do C.D.S., como a generalidade dos elementos do P.S. não podem fazer grandes perguntas sobre

a matéria e portanto a questão que fica em aberto é a questão da metodologia, qual o método a seguir?

Tomando a palavra o Presidente da Mesa, esclareceu que esta reunião foi convocada para apresentação do Plano Director Municipal, hoje para um primeiro contacto, e obviamente que hoje não se vai aprofundar a matéria. De qualquer maneira haverá sempre um pedido de esclarecimento, uma vez que está presente a equipa que desenvolveu o trabalho, podendo a mesma responder às perguntas, em questões muito gerais. Por isso, disse ser de opinião que se deve avançar e aproveitar a presença da equipa técnica responsável, para em termos genéricos abordarem-se problemas que interessam à própria Assembleia, para mais tarde se abordarem as questões de pormenor. Em suma, disse ter sido esta a ideia da convocatória. No entanto e dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, perguntou se este tem outra intenção sobre a metodologia dos trabalhos

Usando da palavra o Sr. Presidente da Câmara, disse que comungava do ponto de vista expresso pelo Presidente da Mesa.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Vitor Mangerão, começou por dizer que tem manifestas dificuldades de se situar em termos de análise e de pedidos de esclarecimento sobre a matéria em apreço uma vez que constata que o Relatório está obviamente contraditado por algumas opiniões aqui explanadas pelo técnico responsável e por alguns resultados do inquérito e sobretudo também por uma coisa que foi focada na explanação, isto é, foi dito que parte do Plano já estava implementado, o que para este Vogal é discutível já que o mesmo ainda não está aprovado, podendo de facto levantar muitas questões. Prosseguindo, disse que o que é mais grave ainda é saber-se que há coisas que estão a ser implementadas que nem sequer estão no Plano e que ainda por cima estão em contradição com o Relatório - por exemplo sobre a importância do eixo estruturante, que para si é um elemento fundamental de estratégia e de redefinição das ocupações físicas, isto porque, em relação a este eixo é colocada a hipótese de haver a implantação de grandes infraestruturas, tudo apontando neste momento para que, se a Câmara eventualmente tiver possibilidades de o fazer, vão implantar-se exactamente noutro sítio, com graves implicações que não estão previstas no Relatório nem em nenhum dos documentos que compõem o Plano. Perguntando por isso como é que é? "ficamos no Relatório para onde apontava os trabalhos preparatórios de não sei quantos anos, ou ficamos nas opções entretanto tomadas

simplesmente pelo voluntarismo da Câmara ao sabor do oportunismo dos negócios?

Relativamente à problemática do povoamento disperso, manifestou preocupações, já que, tendo sido dado como referência ainda não há muitos anos em relação ao concelho de Aveiro e à própria cidade de Aveiro que o povoamento disperso tem a sua dignidade, tem a sua razão de ser e que deve portanto ser preservado e se calhar até faz parte da essência de uma determinada população definida, quis saber como é que neste caso esta matéria está a ser tratada?

No que se refere às cerceas, ao defender-se que as pequenas localidades devem ter também um pequeno centro terciário, será que com isto não se está a abrir a hipótese de numa freguesia rural se construírem edifícios de quatro ou cinco andares?

Finalmente e no que respeita à questão ambiental, ecológica e à questão da integração da Universidade em termos urbanísticos, referiu que há um parecer negativo fundamentado da Universidade em relação à proposta do Plano e que não viu este aspecto tratado.

Há ainda várias opções de fundo que neste momento estão presentes no Relatório que lhe fazem muita confusão; por exemplo, é sabido que esta Câmara através da posição manifestada pelo seu Presidente se opõe terminantemente a que haja um ramal ferroviário derivado da zona onde se está a pensar construir um Terminal de Mercadorias e que se prolonga até ao Porto Comercial. Disse pensar que o parecer da C.P. que está junto ao Relatório fala da necessidade de fazer o estudo da implantação desse ramal em termos futuros.

Outra infraestrutura grande e que tem a ver com o eixo estruturante é o problema do aeródromo para os lados de Oliveirinha que embora esteja no Relatório do Plano, pensa que já não estará nas intenções da Câmara.

Em relação ao novo Estádio Mário Duarte, disse lembrar-se perfeitamente do Sr. Presidente dizer nesta Assembleia que não tinha qualquer hipótese de fazer essas infraestruturas desportivas, já que considerava haver outras coisas mais prioritárias para as populações do concelho e que portanto nos próximos anos não haveria qualquer hipótese. Questionando por isso o Executivo como é que se fica quanto à dignidade e às prioridades do eixo estruturante?

Novamente no uso da palavra o Sr. Arqtº Fernando Sá, começou por esclarecer que relativamente à implementação do Plano, o que foi sendo feito, foi gestão urbanística com base nas intenções do Plano em simultâneo com a própria elaboração do Plano, considerando portanto que se trata de uma prática corrente e que traz as suas vantagens.

Relativamente ao povoamento disperso, disse que pelo facto de ser disperso não é mau, é todavia uma questão complicada, já que se trata de um tipo de povoamento que está muito pouco explorado em termos teóricos e aparentemente há em termos da técnica tradicional uma tendência para uma posição maniqueísta, ou seja o concentrado é bom o disperso é mau, porém chega-se à conclusão de que as coisas não são assim e que realmente não há razão para afirmar que a qualidade de vida no povoamento disperso é pior que no outro. De qualquer forma é uma tradição a respeitar e portanto o Plano tenta tomá-la como referência.

Quanto ao facto de se saber que a cidade começa aqui ou acaba ali, disse tratar-se de uma questão que a si pessoalmente não lhe diz muito, o que estamos é perante um sistema urbano e o problema de se dizer a cidade acaba aqui ou começa ali, não lhe parece muito importante.

No que se refere ao problema da localização de diferentes tipologias de construção noutros locais do concelho, disse pensar que como regra não deve ser feita, pensa no entanto que em determinadas situações que estão apontadas no Plano não há inconveniente, antes pelo contrário há uma certa vantagem em que se crie uma pequena ampliação.

Relativamente à Universidade, disse que em termos de área toda aquela zona está neste momento estabilizada e que os problemas que se colocam e o que se passa dentro da área da Universidade, não quer dizer que não nos interessem porque obviamente nos interessa muito, mas são problemas da própria Universidade, que como é sabido a Universidade nem sequer precisa de pedir autorização à Câmara para construir no seu espaço. O que interessa fundamentalmente é a zona em torno da Universidade; a esse nível a Universidade é cercada pela Rua da Pega, havendo um plano para redesenhar a Rua da Pega, é também cercada por todo aquele aglomerado de Santiago para o qual existem também normas urbanísticas, pensando por isso que a Universidade não vai ser afectada de forma nenhuma pelo Plano.

O problema do ramal ferroviário, é um assunto que efectivamente foi discutido durante o Plano, depois passou, surgindo agora com o parecer da

C.P., que é posterior ao Plano, portanto será um assunto sobre o qual a equipa responsável pelo P.D.M. se irá debruçar

Quanto ao aeródromo de Oliveirinha, o que acontece é que há um Clube da cidade, que pede a selecção de um terreno para fazer um aeródromo, não havendo razão nenhuma para duvidar da seriedade do pedido e por outro lado também não se viu qualquer inconveniente quanto à implantação de um aeródromo naquela zona.

Relativamente ao Estádio Mário Duarte, disse tratar-se de um assunto que também foi bastante discutido, tendo-se chegado à conclusão que havia toda a vantagem em construir um novo Estádio, propondo-se para o efeito a localização assinalada nas cartas, a qual, em sua opinião parece estar correcta, no entanto se o mesmo irá ser construído ou não só o futuro o dirá, sendo portanto uma questão que o transcende.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara, esclareceu que em relação ao problema do novo Estádio, não está em causa o Estádio Mário Duarte, especificamente o que está em causa é a afectação de uma área para uma futura grande zona desportiva, que resultou da sequência de algumas conversas com as Associações, nas quais foi considerado ser de interesse centralizar as várias associações num único espaço, desde o futebol ao basket passando pelo andebol etc. Assim, em algumas conversações com a CCRC, foi abordada a hipótese de num futuro quadro comunitário de apoio e no âmbito dos fundos comunitários conseguir-se algum apoio para a criação de uma grande zona desportiva, apontando-se para tanto no P.D.M. uma zona contígua a Azurva ou seja, aproveitando o equipamento já existente, um campo de jogos e a Pista de Moto-Cross; e considerando tratar-se de um solo que não tem qualquer potencialidade agrícola, definiu-se uma zona em P.D.M. para seguramente em médio e eventualmente em longo prazo vir a ser possível construir todo o complexo desportivo, ficando portanto afecta uma área em P.D.M. para esse objectivo.

No que se refere ao ramal ferroviário, explicou que a introdução de um ramal ferroviário na zona lagunar é problemática e complexa; a C.P. de facto a dada altura deixou cair o projecto, talvez por não ter intenção imediata de o levar por diante já que alguns estudos efectuados e os custos do referido ramal afastavam a possibilidade de vir a ser posto em prática; no entanto ele é de facto considerado no P.D.M.. porque novamente a C.P. vem levantar o problema

da ligação ferroviária devendo em princípio ser retomado e considerado como hipótese prevista pelo P.D.M.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, teceu algumas considerações sobre o Plano em apreço, salientando que o mesmo remete a solução de muitos problemas para Planos de Pormenor que são citados no próprio documento e se por um lado isso tem de positivo uma certa prudência na medida em que um Plano Director tem um Regulamento que será um conjunto de regras que vão enquadrar obrigatoriamente quer os munícipes, quer a administração autárquica, sendo por um lado essa prudência positiva, por outro deixa sempre ao arbítrio de quem detém o poder a decisão final ou seja o sentido da decisão.

Prosseguindo, disse achar positiva a questão das pluriatividades, previstas no Plano, na medida em que de facto, na zona de Aveiro isso integra a cultura aveirense; no que se refere a equipamentos educativos salientou que nada foi referido no âmbito desta matéria; no campo do desporto também não se falou num Pavilhão do tipo "Rosa Mota" de que a cidade de Aveiro tanto carece e há muito que merecia. Considerou também muito positivo que o técnico responsável pelo Plano tenha reconhecido que de facto ultimamente se tem vindo assistir a uma certa descaracterização da cidade; no que se refere ao Regulamento, disse que o que existe neste momento é um conjunto de notas propondo alterações à redacção, havendo por isso necessidade de se conhecer o texto definitivo do Regulamento. No que concerne à flexibilização considerou que é uma arma de dois gumes porque a ideia que fica nos munícipes é a de que nos próximos dez anos, vamos ter um Plano Director ao qual os interesses seja de quem for terão que se submeter ao Plano, só que, através dessa flexibilização, impõem-se uma série de proibições que poderão ser ultrapassadas caso o Plano de Pormenor o permita e com são tantos Planos de Pormenor, alguns já em vigor ou pelo menos já estão elaborados e outros estão em elaboração, cujo Regulamento lhes dá suporte jurídico já que o mesmo prevê a sua elaboração, resultando então disto, que a resolução de alguns problemas fica de facto dependente da boa vontade da administração municipal, enfim do jeitinho político, salientando porém que a opinião expressa não visa de modo nenhum acusar a actual administração, mas tão só chamar atenção pra um aspecto que lhe parece negativo.

Finalmente, disse não conhecer a deliberação de Câmara que aprovou a proposta do Plano Municipal e que muito embora tenha lido já

algumas deliberações em que a Câmara apreciou o assunto, todavia aquela deliberação final em que se delibera de uma vez por todas levar a matéria à apreciação da Assembleia, não a conhece, pelo que manifestou o desejo de a conhecer.

Novamente no uso da palavra o Sr. Arqtº Fernando Sá, esclareceu que os problemas de gestão urbanística não formam remetidos propriamente para os Planos de Pormenor, isto porque o P.D.M. faz propostas de gestão urbanística para todo o território concelhio, mesmo quando não há Plano de Pormenor, o que significa que poderá haver uma alteração dessa estratégia se se fizerem Planos de Pormenor, mas enquanto não se fizerem está o zonamento feito. Relativamente ao problema de alterar o P.D.M., com Planos de Pormenor, disse também estar de acordo que é uma arma de dois gumes, o Plano de Pormenor pode ser pior ou pode ser melhor, agora o que nós vamos partir do princípio é que o trabalho que vai ser desenvolvido é de boa qualidade, tanto mais que ele irá depois ser aprovado pela Assembleia, dando-lhe isso garantias.

No que se refere ao texto definitivo do Regulamento, considerou que a questão levantada é pertinente, acontece que foi elaborado um Regulamento, foi para apreciação das várias entidades, há propostas de alteração a esse Regulamento é provável que a Assembleia apresente também propostas de alteração e só depois é que será possível elaborar um texto definitivo - neste momento o que a Assembleia tem é o Regulamento que a equipa de trabalho acha que deveria ser o definitivo, sendo ao mesmo tempo a proposta da Câmara ao órgão Assembleia.

Neste momento entrou na sala o Vogal Rogério Madail.

Usando da palavra o Vogal Manuel António, começou por querer saber o que é que está proposto a nível de P.D.M. para a resolução do saneamento que desagua directamente no Canal Central, já que é um dos grandes problemas com que Aveiro se debate; relativamente à área da cultura e lazer, disse que foram referidos alguns locais bastante conhecidos como intenções de serem no futuro locais de cultura e lazer, outros porém são do seu total desconhecimento como por exemplo fazer-se junto ao Porto Comercial uma área de lazer, a Casa de Alberto Souto, querendo saber realmente quais são as propostas do P.D.M. nesta matéria já que a cidade é carente de pólos de cultura e lazer e seria importante que isto ficasse definido já neste Plano.

Outro aspecto que focou foi a inexistência de vias para ciclistas na cidade de Aveiro, considerando ser uma necessidade, já que Aveiro é uma cidade plana e tem tradição ciclista e parece que o Plano não contempla este aspecto, querendo saber por isso o que é que está previsto quanto a esta matéria. Relativamente à Universidade de Aveiro, quis saber porque é que não existe uma integração da rede viária da Universidade com a rede viária da cidade de Aveiro. Finalmente pretendeu saber o que é que o Plano prevê para a Linha do Vale do Vouga.

Novamente no uso da palavra o Arqtº Fernando Sá, começou por lastimar o facto de neste momento não poder responder à questão que se prende com o saneamento do Canal Central.

No que se refere à Cultura e lazer, disse que está previsto um pequeno Centro Cultural na Casa Alberto Souto, quanto à zona de lazer a Sul do Porto Comercial, disse que há um Plano de Pormenor já elaborado, porém não está ainda aprovado. Relativamente às pistas para bicicletas, disse que foi iniciado um estudo há quinze dias num Gabinete da Câmara, estudo esse que visa criar todo um sistema de circulação de bicicletas para a cidade; referiu no entanto que este problema pode surgir no P.D.M. como um objectivo mas não como um projecto, já que se trata de uma escala diferente.

Seguidamente o Sr. Presidente da Câmara, no âmbito da problemática da integração viária da Universidade com a cidade, disse que o problema da Rua da Pêga foi dos problemas mais discutidos a nível do P.D.M., ou seja, a ligação ou não a Ílhavo; disse que o Sr. Arqtºo Fernando Sá era em princípio contra a ideia de fazer uma marginal a Ílhavo, contudo informou que o P.D.M. de Ílhavo não foi da mesma opinião, pensando também que o P.D.M. de Aveiro não afasta a hipótese de uma ligação marginal a Ílhavo e o P.D.M. de Ílhavo tem prevista esta ligação. Informou também que está a ser estudado um nó que se localiza junto do ISCA que tenha a função de fazer a ligação da Universidade à zona de Santiago e ligação à população de Santiago.

Retomando a palavra o Arqtº Fernando Sá, disse que relativamente à Linha do Vouga, foi já discutido com a C. P. a possibilidade de reformulação da linha do Vouga, servindo de ligação suburbana e interconcelhia integrada no triângulo industrial Águeda, Albergaria, Aveiro, portanto a intenção é esta, no entanto é um assunto que depende fundamentalmente da C.P..

Seguidamente o Vogal António Salavessa, começou por referir que a sua intervenção só muito marginalmente irá colocar algumas questões,

dirige-se fundamentalmente à Câmara Municipal e coloca questões mais no âmbito político, que se prendem com o acto da apresentação do Plano Director Municipal. Do ponto de vista da C.D.U. esta apresentação reveste-se da maior importância, independentemente da posição que a mesma venha a tomar durante a apreciação dos diversos documentos e da posição na votação final.

A aprovação do P.D.M. ao apontar objectivos estratégicos de desenvolvimento do concelho de Aveiro no plano social, económico e urbanístico e ao fixar as regras fundamentais do ordenamento do território Municipal e na utilização dos solos por um período mais ou menos prolongado de tempo, representa potencialmente o fim das soluções improvisadas ao sabor dos acontecimentos, o fim de uma falta de rumo e a possibilidade de se colocar um travão mais eficaz às aptências dos interesses económicos e à sua pressão sobre os eleitos.

Devido à sempre possível arbitrariedade, considerou que é preferível um Plano menos bom à não existência de qualquer Plano. Disse que a força política que representa está convencida da necessidade de um P.D.M. para o concelho de Aveiro e se possível de um bom P.D.M., essa preocupação foi incluída no programa de 89 e nunca se deixou nesta Assembleia e mesmo fora dela, de protestar contra os atrasos injustificados na sua elaboração. Prosseguindo, referiu que se poderá argumentar que esse atrasos têm uma justificação, lembrou no entanto que a legislação é de 82 e só em 88 é que a Assembleia Municipal decide avançar para a elaboração do P.D.M., havendo logo aqui um atraso de seis anos, que esta maioria que é a mesma deve ser responsabilizada. Pela mesma razão abstiveram-se sistematicamente de aprovar Planos ou alterações de Planos de nível inferior, porque frequentemente invocavam a sua fundamentação na concordância com o P.D.M. que ainda não estava aprovado nem concluído, colocando em sua opinião a "carroça à frente dos bois". De alguma maneira, aceitam que pudesse haver outra referência a dizer que caso viesse a ser aprovado o P.D.M., com determinados contornos, o que se estava a fazer estava de acordo com essas ideias, mas de facto era invocado o P.D.M. ainda não aprovado como razão absoluta para a sua aprovação. Pela mesma razão protestaram e continuam a protestar contra a interpretação restrita que a Câmara fez do princípio estabelecido na lei da participação das populações na elaboração dos Planos, restringindo essa apreciação apenas ao inquérito público também ele expresso na lei. Muitas outras Câmaras fizeram de outro modo, tiveram reuniões com as

forças vivas - empresariais, sindicais, fizeram "forum,s" com as populações fizeram reuniões com os órgãos autárquicos de freguesia, fizeram Comissões de Acompanhamento, junto com a Assembleia Municipal, portanto tiveram uma gestão dos conflitos possíveis com a aprovação do Plano, antes do mesmo ser aprovado. Como isso não foi feito aqui, disse prever que a muito breve prazo surjam esses conflitos e que este Plano tenha que ser mais alterado, sujeitando-o frequentemente a mais alterações do que seria necessário caso tivesse havido um conceito diferente na sua elaboração. Mesmo o inquérito público, na altura a C.D.U. denunciou, foi em nossa opinião quase a roçar o secretismo. Mesmo assim, surgiram dezanove propostas e sugestões que só elas dão um grande volume, pensando por isso que se o processo tivesse sido conduzido de outra maneira haveria muito mais sugestões. Trata-se agora de olhar para o Plano e após o estudo e discussão das peças que nos são presentes, definir uma opção de voto. A C.D.U. vai debruçar-se fundamentalmente sobre as opções estratégicas e ver a concordância dessas opções estratégicas com os Regulamentos, com as peças desenhadas, enfim com o conjunto dos documentos do P.D.M.

Entretanto e antes de começar esse estudo, disse haver algumas questões prévias que gostava de ver esclarecidas, nomeadamente quem apresenta o P.D.M. à Assembleia, qual a votação que o mesmo teve na Câmara Municipal, quando foi, como foi a decisão do P.D.M. vir à Assembleia Municipal.

Quis saber também quem é responsável pelo Relatório do Inquérito Público, bem como a posição dos diversos Vereadores e qual a votação relativa à sua prorrogação; perguntando ainda como é que se faz um Inquérito Público com um Regulamento e passado algum tempo há na Câmara alterações a esse Regulamento, já que há duas actas das sessões da Câmara nas quais se dá conta dessas alterações, querendo saber se isto é possível do ponto de vista jurídico.

Prosseguindo, disse haver uma sugestão da "Quercus" para a criação de uma área de paisagem protegida de interesse regional em relação à laguna, sugestão essa que é remetida na resposta à "Quercus", para questões posteriores no âmbito da Associação de Municípios da Ria, perguntando porque é que não há já uma opção clara desta Câmara em considerar já, independentemente da Associação de Municípios, que a sua parte da laguna deve ser uma área de paisagem protegida.

Relativamente à definição das cérceas, disse que no anexo ao Regulamento, em que são definidos os Planos de nível inferior, em vários desses Planos são indicadas cérceas médias, pelo que em sua opinião, paralelamente às cérceas médias o Regulamento deveria definir também as cérceas máximas. Finalmente, manifestou também alguma preocupação em relação à multiplicação de zonas industriais, parecendo-lhe desajustado que cada Freguesia tenha a sua área industrial, e isto, com todo o respeito que cada uma delas individualmente lhe merece.

Usando novamente da palavra e relativamente à questão levantada sobre a participação ou não dos cidadãos no Plano em apreço, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que há um documento que revela todas as entidades que a nível local foram contactadas, não só as Juntas de Freguesia, com as quais houve contactos e colaboração através da equipa responsável, como também com a Associação Industrial, Associação Comercial, enfim com as várias entidades que estão referidas no Relatório, o que traduz de facto preocupação por parte da equipa que elaborou o P.D.M. em ouvir as várias opiniões, tendo sido feito inclusivamente inquéritos aos vários industriais do concelho.

Informou também que a responsável pelo inquérito é a Câmara Municipal.

Esclareceu que as alterações ao Regulamento são de ordem técnica e também algumas impostas pela legislação em vigor.

Tomando novamente a palavra o Sr. Arqtº Fernando Sá, esclareceu que relativamente à difusão de zonas industriais, parte dessas áreas industriais resultaram de reivindicações das Juntas de Freguesia e que a partir do momento em que a equipa chegou à conclusão de que não havia inconveniente, porque não havia conflitos com outras actividades, com outras intenções, acabou-se por se considerar oportuno localizá-las no Plano.

Seguidamente o Sr. Arqtº Fernando Sá, solicitou ao Sr. Presidente para se retirar da reunião, já que outros compromissos assumidos anteriormente por aquele técnico o reclamavam noutra local. A reunião prosseguiu sem a presença do referido técnico.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Jorge Nascimento, referiu que em sua opinião e pelo que foi dito, este Plano respeita a tradição aveirense, visa permitir a pluriatividade, parece-lhe também que assegura uma certa qualidade de vida, já que foram consideradas grandes manchas de

Reserva Agrícola e Reserva Ecológica e de alguma maneira enquanto respeita a tradição visa também a progresso, sendo em suma um Plano favorável para o concelho de Aveiro.

Tomando a palavra a Dr. Aurora, um dos elementos da equipa que trabalhou neste P.D.M., prestou também alguns esclarecimentos de carácter técnico relativos ao Plano em causa.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Ferreira da Silva teceu várias críticas ao Plano em apreço, considerando-o nomeadamente curto no espaço em que se circunscribe, pois para além do eixo estruturante pouco mais vai além do concelho; sendo ainda de opinião que os Municípios não são estanques e por isso deveria haver num um noutro objectivo, abertura aos Municípios circundantes e mesmo à região.

Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara disse que não há desfasamento completo e total entre o Planeamento Municipal e o Regional, embora o P.R.O.T.(Plano Regional de Ordenamento do Território), seja efectivamente mais avançado.

A finalizar, seguiram-se intervenções de carácter técnico pela eng<sup>a</sup> Ana Veneza, Dr. Fernando Nogueira e Arqt<sup>a</sup> Diamantina.

E nada mais havendo a tratar o Presidente da Mesa, deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00, Horas e 15 minutos do dia 13.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

